

SIMULADO FINAL

PC MA

Cargo: Oficial Investigador

Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

1. *Este simulado conta com questões focadas para o concurso **PC-MA**;*
2. *A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;*
3. *As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;*
4. *A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;*

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

https://forms.gle/1JdUFnMKKaQXU7MU8

01 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	21 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	41 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	61 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	81 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
02 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	22 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	42 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	62 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	82 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
03 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	23 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	43 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	63 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	83 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
04 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	24 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	44 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	64 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	84 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
05 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	25 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	45 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	65 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	85 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
06 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	26 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	46 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	66 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	86 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
07 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	27 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	47 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	67 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	87 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
08 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	28 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	48 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	68 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	88 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
09 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	29 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	49 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	69 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	89 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
10 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	30 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	50 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	70 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	90 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
11 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	31 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	51 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	71 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	91 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
12 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	32 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	52 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	72 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	92 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
13 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	33 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	53 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	73 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	93 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
14 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	34 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	54 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	74 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	94 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
15 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	35 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	55 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	75 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	95 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
16 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	36 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	56 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	76 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	96 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
17 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	37 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	57 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	77 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	97 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
18 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	38 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	58 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	78 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	98 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
19 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	39 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	59 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	79 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	99 - ⒶⒷⒸⒹⒺ
20 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	40 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	60 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	80 - ⒶⒷⒸⒹⒺ	100 - ⒶⒷⒸⒹⒺ

RANKING CLASSIFICATÓRIO

Confira sua nota e posição no Ranking Classificatório e saiba o seu desempenho.

http://estrategi.ac/u9ng00

SISTEMA DE QUESTÕES

Acesse o link abaixo para fazer este simulado no Sistema de Questões.

https://admin.estrategia.com/#/concursos/livros-digitais-interativos/courses/view?id=63bade08-2589-4e9e-8d12-9117b984db11

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Fabrício Dutra

Texto PCMA1

Uma greve geral chacoalha a Espanha nesta quarta-feira (11). É a primeira paralisação nacional em 14 anos e durará 24 horas. O motivo da insatisfação: a especulação imobiliária selvagem, os baixos salários e a precarização dos serviços públicos. Impulsionada, a princípio, pela Confederação de Sindicatos de Inquilinos, uniu movimentos sociais, partidos progressistas, sindicatos e ativismos, mas o que deu força foram as ações descentralizadas nos territórios: foram criados 1.340 comitês em todo o país, em 109 cidades espanholas. A greve geral também ocorre em um cenário de tensão política, a menos de três semanas das eleições antecipadas, que definirão o futuro do governo de coalizão de esquerda liderado pelo socialista Pedro Sánchez. Em disputa, a possibilidade de continuidade do atual governo e o risco de a extrema direita chegar ao poder. A paralisação, portanto, também é um teste da capacidade de mobilização do campo popular e progressista espanhol.

A jornada de paralisações registra adesão expressiva em setores estratégicos: 90% nos setores automotivo e portuário, 85% na indústria da carne, 82% na coleta de resíduos e 75% no setor de energia, segundo as organizações sindicais. Catalunha, Galícia, Aragão e Astúrias registraram forte adesão. Em Barcelona e Madri, as manifestações reuniram cerca de meio milhão de pessoas em vários pontos de cada cidade, apesar das chuvas torrenciais e dos ventos fortes provocados pelas tempestades Bruna e Charles, que atingem grande parte do território espanhol. Muitas escolas e universidades fecharam ou funcionaram com capacidade reduzida. Dados preliminares da organização apontam que mais de quatro milhões saíram às ruas em todo o país.

A greve geral vinha sendo articulada havia mais de um ano, mas ganhou força após o despejo de María del Carmen Abascal, a Maricarmen, de 87 anos. Em 23 de setembro, ela foi retirada do apartamento em Madri onde vivia havia mais de sete décadas, apesar de não ter histórico de inadimplência. O imóvel havia sido adquirido por uma empresa que tentava impor um aumento expressivo no aluguel. Maricarmen morreu em 7 de outubro, após um período de hospitalização. Segundo familiares e entidades de apoio, o despejo foi seguido de exaustão, ansiedade severa e deterioração de sua saúde. Sua morte provocou comoção e protestos em todo o país, o que contribuiu para impulsionar a greve geral. A luta pelo Direito à Moradia mobiliza a Espanha há vários anos, com protestos gigantescos. A insatisfação levou à aprovação, em 2023, da Lei de Moradia. Porém, pouco mudou a realidade das maiorias: imóveis com preços estratosféricos, fundos de investimentos e plataformas digitais que capturam as moradias, aluguéis caríssimos que carcomem a renda das famílias, empurrando-as para a extrema pobreza e despejos bárbaros, como o de Maricarmen. A Confederação de Sindicatos de Inquilinos propôs, com esta paralisação, uma ampla revisão das políticas habitacionais para frear a especulação, utilizar imóveis vazios para habitação social e criar um parque público de moradias.

Rôney Rodrigues.

1. Depreende-se das relações estabelecidas no texto PCMA1 que

a) a morte de Maricarmen deu origem à articulação da greve, posteriormente ampliada pela proximidade das eleições.

b) a inexistência de inadimplência de Maricarmen impediu que o aumento do aluguel fosse associado à especulação imobiliária.

c) a adesão dos setores estratégicos autoriza concluir que mais de quatro milhões de trabalhadores interromperam suas atividades profissionais.

d) a aprovação da Lei de Moradia suprimiu as causas habitacionais da insatisfação, deslocando a mobilização para a disputa eleitoral.

e) o caso de Maricarmen intensificou uma mobilização já em preparação, na qual reivindicações sociais se articulam a uma conjuntura de disputa política.

2. Acerca da organização tipológica do texto PCMA1, assinale a opção correta.

a) Os percentuais de adesão constituem uma sequência injuntiva, pois determinam o comportamento esperado dos trabalhadores.

b) A apresentação de datas e acontecimentos torna a totalidade do texto uma narrativa ficcional, incompatível com avaliações do enunciador.

c) O relato do despejo, da hospitalização e da morte de Maricarmen constitui uma sequência narrativa inserida na exposição da mobilização e contribui para a construção de uma perspectiva crítica.

d) A enumeração das propostas habitacionais constitui instrução direta ao leitor, que deve executar as medidas na ordem apresentada.

e) A presença de expressões avaliativas impede que o texto contenha sequências expositivas voltadas à apresentação de informações.

3. Considerando os mecanismos de coesão do terceiro parágrafo, assinale a opção correta.

a) Em "Sua morte provocou comoção e protestos em todo o país, o que contribuiu para impulsionar a greve geral", a expressão "o que" retoma o conteúdo da oração anterior, e não apenas o substantivo "país".

b) O pronome "ela", em "ela foi retirada do apartamento", antecipa a expressão "uma empresa", mencionada no período seguinte.

c) Em "empurrando-as", o pronome "as" retoma "as moradias", por ser a expressão feminina plural semanticamente relacionada ao tema habitacional.

d) Em "Sua morte", o possessivo recupera "uma empresa", que constitui a entidade responsável pelo aumento do aluguel.

e) Em "como o de Maricarmen", o pronome "o" substitui o substantivo "aluguel", cujo aumento é apresentado como exemplo de despejo.

4. Acerca da pontuação do texto PCMA1, assinale a opção correta.

a) As vírgulas que isolam "a princípio" foram empregadas de acordo com a regra do isolamento do aposto.

b) A vírgula antes de "que definirão o futuro do governo" poderia ser suprimida sem prejuízo do significado.

c) Os dois-pontos depois de "nos territórios" introduzem uma fala direta dos responsáveis pelos comitês.

d) Em "Em Barcelona e Madri, as manifestações reuniram cerca de meio milhão de pessoas em vários pontos de cada cidade", a retirada da vírgula após "Madri" prejudicaria a correção gramatical do texto.

e) A vírgula em "Em disputa, a possibilidade de continuidade do atual governo" separa indevidamente o sujeito de um verbo expresso.

5. Em relação ao emprego do sinal indicativo de crase no texto PCMA1, assinale a opção correta.

a) Em "levou à aprovação", o acento grave poderia ser eliminado, mantendo a correção e o sentido, devido à regência do verbo "levou".

b) A reescrita de "saíram às ruas" como foram às ruas preservaria a correção do emprego do acento grave, pois o verbo de destino rege a preposição "a" e o substantivo está acompanhado de artigo feminino plural.

c) Em "a menos de três semanas", o emprego do acento grave seria obrigatório se "três" fosse substituído por "uma".

d) Em "a possibilidade de continuidade", o emprego do acento grave seria facultativo, por anteceder um substantivo feminino abstrato.

e) A reescrita de "para frear a especulação" como visando à frear a especulação manteria a correção gramatical, por força da regência de "visar".

6. Assinale a opção em que a proposta de reescrita do segmento “A greve geral vinha sendo articulada havia mais de um ano, mas ganhou força após o despejo de María del Carmen Abascal” é gramaticalmente correta e preserva os sentidos do texto.

a) A greve geral foi articulada há mais de um ano porque o despejo de María del Carmen Abascal lhe deu origem.

b) Embora tivesse ganhado força antes do despejo de María del Carmen Abascal, a greve geral vinha sendo articulada fazia mais de um ano.

c) A articulação da greve geral começaria mais de um ano depois que o despejo de María del Carmen Abascal lhe conferisse força.

d) A greve geral vinha sendo articulada faz mais de um ano, portanto o despejo de María del Carmen Abascal a fortaleceu.

e) A greve geral já estava em processo de articulação fazia mais de um ano; contudo, ganhou força depois do despejo de María del Carmen Abascal.

7. O período “Segundo familiares e entidades de apoio, o despejo foi seguido de exaustão, ansiedade severa e deterioração de sua saúde” poderia ser reescrito, mantidas a correção gramatical e as informações expressamente apresentadas, da seguinte forma:

a) Familiares e entidades de apoio comprovaram que o despejo foi a única causa da exaustão, da ansiedade severa e da deterioração da saúde de Maricarmen.

b) Consoante familiares e entidades de apoio discordassem, o despejo sucedeu à exaustão, à ansiedade severa e à deterioração da saúde de Maricarmen.

c) Conforme familiares e entidades de apoio, ao despejo seguiram-se a exaustão, a ansiedade severa e a deterioração da saúde de Maricarmen.

d) Segundo familiares e entidades de apoio, a exaustão, a ansiedade severa e a deterioração da saúde de Maricarmen precederam o despejo.

e) A exaustão, a ansiedade severa e a deterioração da saúde de Maricarmen provocaram o despejo, de acordo com familiares e entidades de apoio.

8. Considerando as formas verbais do texto PCMA1, assinale a opção correta.

a) Em “O imóvel havia sido adquirido”, devido à presença do verbo auxiliar “havia”, a locução está na voz ativa e no pretérito mais-que-perfeito composto do indicativo, situando a aquisição antes de outro fato passado relevante no relato.

b) Em “vinha sendo articulada”, a combinação verbal indica um fato pontual inteiramente concluído antes do início do intervalo mencionado.

c) A substituição de “tentava impor” por tentou impor preservaria necessariamente o valor aspectual da tentativa e a maneira de apresentá-la no relato.

d) Em “durará 24 horas”, o futuro do presente exprime uma projeção em relação aos fatos.

e) Em “que definirão o futuro do governo”, o futuro do presente poderia ser substituído pelo futuro do pretérito sem mudança de perspectiva temporal.

9. Assinale a opção em que a reescrita de um segmento do texto está gramaticalmente correta e em que o vocábulo “se” funciona como partícula apassivadora.

a) Articulou-se 1.340 comitês em todo o país.

b) Precisa-se de políticas habitacionais mais amplas.

c) Os movimentos sociais organizaram-se para a paralisação.

d) Criaram-se 1.340 comitês em todo o país.

e) Tratam-se de propostas para frear a especulação imobiliária.

10. Acerca das relações lógico-semânticas estabelecidas pelos conectivos do texto PCMA1, assinale a opção correta.

a) A substituição de "portanto", no primeiro parágrafo, por "conseguinte" preservaria a relação conclusiva entre a conjuntura descrita e a avaliação da paralisação.

b) Em "Porém, pouco mudou a realidade das maiorias", o conectivo introduz uma ressalva contrária à expectativa de transformação associada à aprovação da Lei de Moradia.

c) Em "apesar de não ter histórico de inadimplência", a locução introduz a conformidade determinante da retirada de Maricarmen do imóvel.

d) Em "para frear a especulação", a preposição introduz uma consequência já efetivamente alcançada pela revisão das políticas habitacionais.

e) Em "segundo as organizações sindicais", o vocábulo "segundo" estabelece uma condição para que os índices de adesão se confirmem.

INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

11. No Windows 11, a Área de Trabalho e a Área de Transferência desempenham funções distintas. Uma característica correta desses recursos é

a) a Área de Trabalho armazena permanentemente os arquivos copiados, enquanto a Área de Transferência mantém apenas os atalhos dos programas instalados.

b) a Área de Transferência permite armazenar temporariamente conteúdos copiados ou recortados, enquanto a Área de Trabalho pode conter arquivos, pastas e atalhos.

c) os arquivos excluídos da Área de Trabalho são enviados automaticamente para a Área de Transferência, permitindo sua recuperação pelo comando Colar.

d) a Área de Transferência mantém apenas o último item copiado, mesmo quando o recurso Histórico da Área de Transferência está habilitado.

e) os atalhos presentes na Área de Trabalho armazenam cópias independentes dos programas, permitindo sua execução mesmo após a exclusão dos arquivos originais.

12. No Microsoft Word 365, o recurso Mala Direta permite produzir documentos personalizados a partir de uma lista de destinatários. Para utilizar esse recurso, é possível

a) vincular um documento principal a uma fonte de dados, inserindo campos que serão substituídos pelas informações de cada destinatário durante a mesclagem.

b) criar documentos personalizados exclusivamente a partir de tabelas inseridas no próprio Word, sem utilizar fontes de dados externas.

c) modificar automaticamente o conteúdo da fonte de dados sempre que um campo de mesclagem for alterado no documento principal.

d) utilizar a Mala Direta apenas para enviar mensagens de e-mail, pois a geração de cartas e etiquetas exige ferramentas específicas.

e) inserir campos de mesclagem que apresentam os mesmos dados em todos os documentos, independentemente das informações registradas na lista de destinatários.

13. No Linux, o comando find permite localizar arquivos e diretórios com base em diferentes critérios. Para localizar arquivos com extensão .txt dentro do diretório /home, incluindo seus subdiretórios, deve-se utilizar

a) find /home -name "*.txt" -maxdepth 1, pois esse comando pesquisa todos os níveis de subdiretórios.

b) find /home -type d -name "*.txt", pois o parâmetro -type d identifica arquivos comuns.

c) find /home -name "*.txt" -delete, pois o parâmetro -delete permite listar os arquivos encontrados sem modificá-los.

d) find /home -type f -name "*.txt", pois esse comando pesquisa arquivos comuns com a extensão indicada, incluindo os subdiretórios.

e) find /home -type f -name "*.txt" -mindepth 2, pois esse comando inclui obrigatoriamente os arquivos armazenados diretamente em /home.

14. No Microsoft Excel 365, o recurso Validação de Dados permite estabelecer restrições para a inserção de informações nas células. Uma funcionalidade desse recurso é

a) impedir permanentemente a alteração de células validadas, mesmo quando o usuário possui permissão para editar a planilha.

b) corrigir automaticamente todos os valores incompatíveis com os critérios definidos, substituindo-os pelo valor válido mais próximo.

c) aplicar regras de formatação visual às células que atendem a determinados critérios, sem interferir nos valores inseridos.

d) restringir a entrada de dados exclusivamente a números inteiros, não permitindo a criação de listas de opções ou critérios personalizados.

e) criar listas suspensas com valores permitidos e configurar alertas de erro para entradas que não atendam aos critérios estabelecidos.

15. No LibreOffice Writer, o uso de estilos permite padronizar a formatação de documentos e facilitar sua organização. Uma vantagem da aplicação de estilos de parágrafo é

a) impedir que os parágrafos recebam formatação direta, garantindo que todas as alterações sejam realizadas exclusivamente por meio dos estilos.

b) permitir que a alteração de um estilo seja refletida nos parágrafos que o utilizam, além de facilitar a organização de títulos e a geração de sumários automáticos.

c) converter automaticamente todos os parágrafos formatados com o mesmo estilo em seções independentes, permitindo aplicar diferentes configurações de página.

d) restringir a aplicação de estilos aos títulos do documento, exigindo formatação manual para os demais parágrafos.

e) substituir os recursos de quebra de página e quebra de seção, pois cada estilo de parágrafo cria automaticamente uma nova página no documento.

16. Uma organização utiliza uma intranet para disponibilizar documentos internos e sistemas administrativos aos seus funcionários. Considerando as características da internet e da intranet, é correto afirmar que

a) a intranet utiliza protocolos de comunicação exclusivos, incompatíveis com aqueles empregados na internet, para garantir o isolamento das informações.

b) a intranet pode utilizar os mesmos protocolos e tecnologias da internet, mas possui acesso restrito a usuários autorizados, inclusive quando disponibilizada por meio de conexões externas seguras.

c) a internet é uma rede privada destinada à comunicação entre organizações, enquanto a intranet é uma rede pública utilizada para compartilhar informações com qualquer usuário.

d) o acesso à intranet exige que todos os dispositivos estejam conectados à mesma rede local, sendo tecnicamente impossível disponibilizá-la a usuários remotos.

e) a intranet permite exclusivamente o compartilhamento de arquivos, não oferecendo suporte a páginas web, sistemas corporativos ou aplicações de comunicação.

17. Os endereços IPv4 e IPv6 possuem estruturas distintas de representação. Considerando a formação desses endereços, assinale a alternativa correta.

a) O IPv4 utiliza endereços de 32 bits, representados por quatro grupos de números decimais, cada um podendo assumir valores entre 0 e 256.

b) O IPv6 utiliza endereços de 128 bits, representados obrigatoriamente por oito grupos de quatro dígitos decimais separados por dois-pontos.

c) O IPv6 permite abreviar sequências de grupos consecutivos de zeros utilizando ::, enquanto o IPv4 utiliza quatro octetos representados em notação decimal pontuada.

d) O IPv4 permite omitir octetos compostos por zeros utilizando ::, da mesma forma que o IPv6, para reduzir o tamanho dos endereços.

e) O IPv6 utiliza endereços de 64 bits, representados por oito grupos hexadecimais, enquanto o IPv4 utiliza endereços de 32 bits.

18. Uma organização implementou controles de segurança para proteger suas informações contra acessos indevidos, alterações não autorizadas e interrupções dos serviços. Considerando os princípios da segurança da informação, assinale a alternativa correta.

a) A confidencialidade garante que as informações permaneçam acessíveis aos usuários autorizados, mesmo diante de falhas nos sistemas.

b) A integridade impede que usuários não autorizados tenham conhecimento das informações, sendo assegurada exclusivamente por mecanismos de autenticação.

c) A disponibilidade busca garantir que as informações e os sistemas estejam acessíveis quando necessários, enquanto a integridade protege contra alterações indevidas.

d) A disponibilidade assegura que os dados armazenados não sejam modificados sem autorização, independentemente da continuidade dos serviços.

e) A confidencialidade garante a recuperação de informações após falhas de hardware, dispensando mecanismos de backup e redundância.

19. Uma das principais diferenças entre vírus, worms e trojans está na forma como essas ameaças se propagam e comprometem os sistemas. Considerando essas características, assinale a alternativa correta.

a) Os worms podem se propagar automaticamente entre sistemas, explorando vulnerabilidades de rede, enquanto os vírus dependem da execução de um arquivo ou código infectado para se replicarem.

b) Os trojans possuem como característica obrigatória a autorreplicação, permitindo sua disseminação automática entre computadores sem a participação do usuário.

c) Os vírus são programas maliciosos que se propagam exclusivamente por redes de computadores, sem a necessidade de infectar arquivos ou outros códigos.

d) Os ransomware têm como finalidade exclusiva coletar informações sobre os hábitos de navegação dos usuários, sem comprometer o acesso aos arquivos.

e) Os spyware são programas desenvolvidos especificamente para criptografar arquivos e exigir pagamento pela recuperação das informações.

20. No aprendizado de máquina (Machine Learning), os modelos podem ser treinados por diferentes abordagens, conforme a natureza dos dados e os objetivos da análise. Uma característica do aprendizado supervisionado é

a) identificar exclusivamente agrupamentos de dados sem utilizar exemplos previamente classificados, dispensando a definição de uma variável-alvo.

b) utilizar dados de treinamento com respostas conhecidas para aprender relações e realizar previsões ou classificações sobre novos dados.

c) estabelecer regras de decisão exclusivamente por programação manual, sem ajustar seus parâmetros a partir dos exemplos utilizados no treinamento.

d) aprender por meio de recompensas e penalidades decorrentes de ações realizadas em um ambiente, sem utilizar exemplos rotulados como referência principal.

e) dispensar a avaliação do modelo com dados não utilizados no treinamento, pois o desempenho obtido nos exemplos conhecidos garante sua capacidade de generalização.

21. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) estabelece regras específicas para o tratamento de dados pessoais sensíveis. De acordo com a Lei nº 13.709/2018, identifica-se como dado pessoal sensível

a) o endereço residencial de uma pessoa natural, por permitir sua localização geográfica e identificação.

b) o número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), por constituir um identificador individual atribuído ao titular.

c) o endereço de correio eletrônico utilizado por uma pessoa natural para acessar serviços digitais.

d) o dado biométrico vinculado a uma pessoa natural, por integrar uma das categorias expressamente previstas na legislação.

e) o número de telefone celular de uma pessoa natural, por possibilitar sua identificação e comunicação direta.

22. As criptomoedas utilizam mecanismos criptográficos para proteger transações e controlar a movimentação de ativos digitais. Considerando o funcionamento das criptomoedas e da tecnologia blockchain, assinale a alternativa correta.

a) As criptomoedas dependem obrigatoriamente de uma autoridade monetária central para validar todas as transações registradas na blockchain.

b) A blockchain impede a visualização das transações por qualquer participante da rede, garantindo o anonimato absoluto dos usuários.

c) A chave pública de uma carteira de criptomoedas deve permanecer secreta, pois sua divulgação permite que terceiros assinem transações em nome do proprietário.

d) A validação de transações em redes blockchain ocorre exclusivamente por mineração, sendo impossível utilizar outros mecanismos de consenso.

e) A chave privada permite autorizar transações por meio de assinaturas digitais, enquanto a blockchain mantém um registro compartilhado das operações confirmadas.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Mocellin

23. Durante uma investigação, um delegado registrou as seguintes proposições simples:

• P: “O suspeito foi identificado.”;

• Q: “O mandado de busca foi expedido.”;

• R: “A perícia foi concluída.”.

Com base nessas proposições, considere a proposição composta a seguir.

$$(P \rightarrow Q) \wedge (\sim R \vee P)$$

Na tabela-verdade dessa proposição composta, a quantidade de linhas em que ela assume o valor lógico verdadeiro é igual a

a) 2.

b) 3.

c) 4.

d) 5.

e) 6.

24. Em um relatório interno de uma delegacia, constam as duas afirmações a seguir, ambas verdadeiras.

• Todo agente que participou da operação Maré Alta é servidor concursado.

• Nenhum servidor concursado é investigado pela corregedoria.

Com base nessas afirmações, é necessariamente verdadeiro que

a) todo servidor concursado participou da operação Maré Alta.

b) algum investigado pela corregedoria é servidor concursado.

c) todo agente que não participou da operação Maré Alta é investigado pela corregedoria.

d) algum agente que não participou da operação Maré Alta não é servidor concursado.

e) nenhum investigado pela corregedoria participou da operação Maré Alta.

25. Após o furto de um equipamento do depósito de uma delegacia, quatro servidores, Bruno, Carla, Diego e Elisa, foram ouvidos. Sabe-se que apenas um deles cometeu o furto e que somente um dos quatro disse a verdade. As declarações foram as seguintes.

• Bruno: “Foi a Carla.”

• Carla: “Foi a Elisa.”

• Diego: “Não fui eu.”

• Elisa: “A Carla está mentindo.”

Nessa situação hipotética, o autor do furto foi

a) Diego.

b) Carla.

c) Elisa.

d) Bruno.

e) qualquer um dos quatro, não sendo possível determiná-lo.

26. Considere a seguinte proposição, extraída de uma norma interna de uma unidade policial.

"Se o delegado autoriza a diligência, então a equipe sai em campo e o relatório é registrado."

Uma proposição logicamente equivalente à proposição apresentada é

a) "Se a equipe sai em campo e o relatório é registrado, então o delegado autoriza a diligência."

b) "Se o delegado não autoriza a diligência, então a equipe não sai em campo e o relatório não é registrado."

c) "O delegado autoriza a diligência, e a equipe não sai em campo ou o relatório não é registrado."

d) "Se a equipe não sai em campo ou o relatório não é registrado, então o delegado não autoriza a diligência."

e) "Se a equipe não sai em campo e o relatório não é registrado, então o delegado não autoriza a diligência."

27. Uma delegacia de polícia civil conta com 5 investigadores e 3 escrivães. Para cumprir uma ordem de serviço, será formada uma equipe de 4 desses servidores, com pelo menos um escrivão.

Nessa situação hipotética, a quantidade de equipes distintas que podem ser formadas é igual a

a) 5.

b) 65.

c) 70.

d) 105.

e) 1.680.

28. Considere as frases a seguir, retiradas de anotações de um plantão policial.

- I. A que horas começa o próximo plantão?
- II. O investigador Rafael chegou à delegacia às 8 horas.
- III. Encaminhe o laudo ao cartório ainda hoje.
- IV. $x + 3 = 10$.
- V. São Luís é a capital do Maranhão.

São proposições lógicas apenas as frases

a) II e V.

b) I, II e V.

c) II, IV e V.

d) II, III e V.

e) I, II, III, IV e V.

CONTABILIDADE

Silvio Sande

29. A escrituração é posta em prática através do lançamento e esse deve obedecer às partidas dobradas. No que tange ao método das partidas dobradas é correto afirmar

a) O total de débitos pode ser diferente do total de créditos;

b) Para cada conta debitada haverá uma conta creditada de igual valor;

c) Apenas contas do ativo recebem débitos;

d) Não é permitida a utilização de mais de duas contas em um lançamento;

e) Todo débito corresponde a um crédito de igual valor.

30. De acordo com a Estrutura Conceitual da Contabilidade, a Demonstração do Resultado do Exercício tem por finalidade evidenciar:

a) A situação financeira em determinada data.

b) O desempenho financeiro em determinado período

c) O saldo das contas patrimoniais

d) O fluxo de caixa da entidade

e) O valor do capital social

31. A compra de um veículo no valor de R$ 300.000,00, mediante uma entrada de R$ 100.000,00 e o restante financiado em dez parcelas mensais de R$ 25.000,00, caracteriza-se como fato contábil:

a) Permutativo

b) Modificativo aumentativo

c) Modificativo diminutivo

d) Misto aumentativo

e) Misto diminutivo

32. Um veículo adquirido por R$ 100.000, com vida útil estimada de 5 anos e valor residual de 20%, após 2 anos de uso e utilizando o método linear, apresentará valor contábil de:

a) R$ 80.000

b) R$ 64.000

c) R$ 68.000

d) R$ 32.000

e) R$ 16.000

33. No manual das contas, elemento integrante do plano de contas, consta a finalidade e o funcionamento de todas as contas constantes do plano de contas. No que concerne a conta "Fornecedores a Pagar", assinale a alternativa que indica quando ela deve ser creditada.

a) Pagou uma dívida

b) Comprou a prazo, assumindo uma obrigação

c) Recebeu dinheiro de um cliente

d) Vendeu mercadorias à vista

e) Distribuiu lucros

34. Acerca do balancete de verificação, assinale a alternativa correta:

a) A igualdade entre débitos e créditos garante que não houve nenhum erro contábil

b) Um lançamento com valor errado, mas com débito igual a crédito, não será detectado pelo balancete

c) O balancete substitui o Balanço Patrimonial

d) O balancete só apresenta contas de resultado

e) O balancete é elaborado apenas ao final do ano

ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

35. Em determinada operação, uma equipe policial analisou 200 ocorrências classificadas inicialmente em três categorias:

Categoria	Número de ocorrências	Proporção que apresentou indício relevante
A	80	25%
B	70	40%
C	50	60%

Uma ocorrência é selecionada aleatoriamente entre as 200. Sabendo-se que a ocorrência selecionada apresentou indício relevante, a probabilidade de ela pertencer à categoria C é, aproximadamente,

a) 0,300

b) 0,385

c) 0,400

d) 0,425

e) 0,500

36. O número X de ocorrências de determinado tipo registradas em um intervalo fixo de tempo é uma variável aleatória discreta com a seguinte distribuição de probabilidade:

(X)	0	1	2	3
$(P(X = x))$	(0,10)	(0,30)	(0,40)	(0,20)

Considere $Y = 2X + 1$. A variância de Y e o valor esperado de Y, respectivamente, são

a) 1,20 e 3,40

b) 1,40 e 3,80

c) 1,60 e 3,60

d) 2,40 e 3,80

e) 2,40 e 4,20

37. Em determinada unidade policial, o tempo de atendimento de uma ocorrência possui média populacional de 32 minutos e desvio-padrão populacional de 10 minutos. Considere uma amostra aleatória simples de 100 ocorrências.

Admitindo-se que o Teorema Central do Limite possa ser utilizado para a distribuição da média amostral, a probabilidade aproximada de que o tempo médio de atendimento observado na amostra esteja entre 30,5 e 33,5 minutos é

Considere: $\Phi(0{,}50) = 0{,}6915;\ \Phi(1{,}50) = 0{,}9332.$

a) 0,6826

b) 0,8413

c) 0,9545

d) 0,8664

e) 0,9772

38. Uma amostra aleatória de 16 investigadores apresentou tempo médio de elaboração de determinado relatório igual a 42 minutos, com desvio-padrão amostral de 8 minutos.

Suponha que os tempos de elaboração tenham distribuição normal e que a variância populacional seja desconhecida. Para estimar a média populacional, deseja-se construir um intervalo de confiança bilateral de 95%.

Sabendo que, para 15 graus de liberdade,

$$t_{0{,}975;15} = 2{,}131$$

o intervalo de confiança para a média populacional é, aproximadamente,

a) (37,74; 46,26)

b) (38,16; 45,84)

c) (38,08; 45,92)

d) (39,87; 44,13)

e) (37,00; 47,00)

ADMINISTRAÇÃO GERAL

Stefan Fantini

39. No âmbito do processo administrativo, as funções de planejamento, organização, direção e controle compreendem diferentes atividades desempenhadas pelos administradores. Nesse contexto, constitui uma atribuição específica da função direção

a) A divisão do trabalho bem como a atribuição de responsabilidades.

b) O estabelecimento dos objetivos e a definição dos meios (traçar as estratégias) para alcançá-los.

c) Estabelecer os meios e recursos necessários para alcançar o objetivo proposto pelo planejamento.

d) Conduzir os trabalhos com o objetivo de que seja colocado em prática tudo aquilo que foi organizado e planejado.

e) Monitoramento de atividades e realização de correções necessárias.

40. No contexto da evolução dos modelos de Administração Pública, o foco nos resultados, a descentralização, a flexibilização e a horizontalização de estruturas são características associadas ao modelo de administração pública denominado

a) Burocrático

b) Patrimonialista

c) Gerencial

d) Monárquico

e) Absolutista

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA (*ITEM 2 DE ADMINISTRAÇÃO)

Leandro Ravyelle

41. Durante auditoria realizada em março de 2026, a unidade de controle interno da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Maranhão examinou obrigações decorrentes de contratos destinados ao funcionamento de unidades policiais.

Foram identificadas as seguintes situações:

I. Em dezembro de 2025, foi empenhada despesa de R$ 420.000 referente à aquisição de equipamentos de investigação. Os bens foram integralmente entregues e recebidos em 27/12/2025, mas a liquidação formal somente foi concluída em fevereiro de 2026. O empenho havia sido regularmente inscrito em restos a pagar não processados e permanecia válido.

II. Em novembro de 2025, foi empenhada e regularmente liquidada despesa de R$ 180.000 referente a serviços de manutenção de viaturas. O pagamento não ocorreu até 31/12/2025, tendo a obrigação sido inscrita em restos a pagar.

III. Em janeiro de 2026, a administração reconheceu obrigação de R$ 95.000 referente a serviços efetivamente prestados em 2024, para os quais não havia sido emitido empenho no exercício de origem. Foram atendidos os requisitos legais para reconhecimento e pagamento da obrigação.

Considerando a Lei nº 4.320/1964 e os procedimentos contábeis orçamentários aplicáveis, assinale a opção correta.

a) A despesa descrita na situação I deve ser executada como despesa de exercícios anteriores, pois a liquidação ocorreu em exercício posterior ao do empenho, independentemente da manutenção da inscrição em restos a pagar.

b) A situação II caracteriza restos a pagar não processados, uma vez que o pagamento não foi realizado no exercício em que ocorreu a liquidação.

c) A situação III deverá ser inscrita retroativamente em restos a pagar do exercício de 2024, pois a efetiva prestação do serviço é suficiente para caracterizar a existência de empenho orçamentário.

d) A situação I caracteriza restos a pagar não processados, posteriormente liquidados; a situação II corresponde a restos a pagar processados; e a situação III poderá ser atendida mediante dotação para despesas de exercícios anteriores, observados os requisitos legais.

e) As três situações devem ser classificadas como despesas de exercícios anteriores, pois todas serão pagas em 2026, exercício posterior ao da prestação dos serviços ou da entrega dos bens.

42. Durante procedimento de fiscalização, a equipe de auditoria de determinado órgão público examinou o tratamento orçamentário e financeiro de receitas provenientes de taxas pela prestação de serviços públicos, multas administrativas e recuperação de créditos inscritos em dívida ativa.

O relatório identificou que parte das receitas arrecadadas possuía destinação legalmente vinculada a atividades específicas. Também verificou que determinados créditos tributários, regularmente constituídos e vencidos, haviam sido inscritos em dívida ativa após o encerramento do prazo para pagamento.

O gestor responsável sustentou que a inscrição em dívida ativa equivaleria à arrecadação da receita e que, após o recolhimento dos valores à conta centralizadora do Tesouro, as vinculações legais deixariam de produzir efeitos, permitindo a utilização dos recursos em qualquer despesa autorizada na LOA.

À luz da Lei nº 4.320/1964, da Lei de Responsabilidade Fiscal e das normas de classificação das receitas públicas, assinale a opção correta.

a) A inscrição em dívida ativa constitui etapa de arrecadação da receita orçamentária, pois representa o reconhecimento definitivo do ingresso financeiro, ainda que o devedor não tenha efetuado o pagamento.

b) A classificação por natureza da receita permite identificar suas características econômicas e sua origem, enquanto a classificação por fonte ou destinação de recursos possibilita controlar vinculações legais; a inscrição em dívida ativa, por sua vez, não equivale à arrecadação, e a centralização financeira não elimina a destinação legalmente estabelecida.

c) A recuperação de créditos inscritos em dívida ativa constitui, necessariamente, receita de capital, pois decorre de direitos reconhecidos em exercícios anteriores, independentemente da natureza do crédito originário.

d) O recolhimento de receitas à Conta Única do Tesouro Nacional extingue suas vinculações legais, pois o princípio da unidade de tesouraria determina a livre utilização de todos os recursos financeiros centralizados.

e) A classificação institucional da receita substitui a classificação por fonte ou destinação de recursos sempre que o órgão arrecadador for responsável pela aplicação dos valores, dispensando controles específicos sobre as vinculações legais.

GEOGRAFIA E HISTÓRIA DO MARANHÃO

Sérgio Henrique

43. A adesão do Maranhão à Independência do Brasil, em 1823, ocorreu quase um ano após o 7 de setembro de 1822 e envolveu disputas militares no interior da província, além de negociações políticas na capital. A historiografia recente tem revisado a narrativa tradicional sobre esse processo, deslocando o foco do heroísmo de comandantes militares para as disputas entre grupos locais.

Com base nesse contexto, assinale a opção correta.

a) A adesão tardia do Maranhão à Independência deveu-se à permanência de franceses e holandeses no território, que resistiram à incorporação da província ao Império brasileiro.

b) A Balaiada, eclodida em 1838, teve como causa central a insatisfação da população com a persistência do domínio português sobre o Maranhão após a Independência.

c) A adesão do Maranhão à independência do Brasil só ocorreu com a ação de uma esquadra imperial comandada pelo almirante Thomas Cochrane, que forçou a rendição de São Luís em julho de 1823.

d) A província do Maranhão aderiu à Independência em 1823 sem qualquer resistência armada, em razão do prestígio social dos portugueses que ali viviam.

e) A Batalha do Jenipapo, ocorrida no Maranhão, foi o confronto decisivo que garantiu a expulsão das tropas portuguesas de São Luís e a imediata adesão da província ao Império.

44. A ocupação do território maranhense pelos europeus, ao longo do século XVII, esteve marcada pela disputa entre as coroas ibéricas e potências como a França e a Holanda. A expulsão dos franceses e, décadas depois, dos holandeses, não significou o fim da presença estrangeira nos circuitos comerciais da região, mas redefiniu a posição do Maranhão no império português.

Considerando esse contexto, assinale a opção correta.

a) A criação do Estado do Maranhão, em 1621, subordinou as capitanias do norte ao governo-geral do Brasil, sediado em Salvador, como forma de reforçar a defesa contra invasões estrangeiras.

b) A expulsão dos holandeses de São Luís, concluída em 1644, contou com a liderança de senhores de engenho locais e com o apoio de indígenas, em um processo que se articulou à ofensiva mais ampla da Companhia das Índias Ocidentais no Atlântico.

c) A presença francesa no Maranhão, entre 1612 e 1615, limitou-se a uma feitoria comercial, sem projeto de colonização permanente ou de catequese dos povos indígenas.

d) Os tupinambás, após a expulsão dos franceses, foram incorporados pacificamente à sociedade colonial portuguesa, o que explica a ausência de conflitos indígenas no Maranhão ao longo do século XVII.

e) A fundação de São Luís, em 1612, foi obra de portugueses que buscavam antecipar-se à chegada dos franceses à região, sendo o Forte de São Luís o primeiro marco da colonização lusitana no norte.

45. A industrialização maranhense, a partir da segunda metade do século XX, estruturou-se em torno de grandes projetos voltados à exportação de commodities, com forte participação de capital estatal e privado. Esse modelo alterou a paisagem econômica do estado sem, contudo, transformar profundamente sua estrutura social.

Sobre a economia e a industrialização do Maranhão, assinale a opção correta.

a) O projeto Grande Carajás, implantado a partir da década de 1970, articulou mineração, ferrovia e porto no Maranhão, integrando o estado aos circuitos internacionais de exportação de minério de ferro.

b) O parque industrial têxtil maranhense, que chegou a ser o segundo do país no final do século XIX, manteve sua liderança nacional ao longo de todo o século XX, graças à modernização constante do setor.

c) A produção de alumínio no Maranhão, concentrada no consórcio ALUMAR, é destinada exclusivamente ao mercado interno brasileiro.

d) A soja, principal produto da pauta exportadora maranhense, é cultivada em todo o território do estado, incluindo a Baixada Maranhense e o litoral.

e) A economia maranhense atual caracteriza-se pela diversificação produtiva e pela baixa dependência das commodities, com predomínio da indústria de transformação no PIB estadual.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO PENAL

Ivo Martins

46. João praticou determinado crime durante a vigência da Lei A. Antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, entrou em vigor a Lei B, que reduziu a pena prevista para o delito. Posteriormente, já durante o cumprimento da pena, entrou em vigor a Lei C, que deixou de considerar a conduta criminosa.

Considerando as disposições do Código Penal e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.

a) A Lei B somente poderá ser aplicada se entrar em vigor antes do recebimento da denúncia.

b) A Lei C não poderá beneficiar João, pois já houve trânsito em julgado da condenação.

c) A Lei B retroage por ser mais benéfica, e a Lei C extingue a punibilidade em razão da abolitio criminis, cessando os efeitos penais da condenação.

d) A Lei C afasta automaticamente todos os efeitos civis decorrentes da condenação.

e) A aplicação retroativa da Lei B dependerá de autorização expressa do juiz que proferiu a sentença condenatória, ainda que o processo esteja na fase de execução.

47. Pedro, com 17 anos e 11 meses de idade, efetuou disparo de arma de fogo contra uma vítima em território brasileiro. A vítima morreu em outro país, quando Pedro já havia completado 18 anos. Considerando as teorias adotadas pelo Código Penal brasileiro, assinale a alternativa correta.

a) Pedro é penalmente inimputável, pois o Código Penal adota a teoria da atividade para o tempo do crime e a teoria da ubiquidade para o lugar do crime.

b) Pedro é imputável, porque o resultado morte ocorreu depois de completar 18 anos.

c) O Código Penal adota a teoria do resultado tanto para o tempo quanto para o lugar do crime.

d) O crime considera-se praticado exclusivamente no país onde ocorreu a morte.

e) O Código Penal adota a teoria da ubiquidade para o tempo do crime e a teoria da atividade para o lugar do crime.

48. Carlos, pretendendo matar seu desafeto, efetuou um disparo de arma de fogo contra ele, causando-lhe lesão corporal. Embora ainda possuísse munição e tivesse condições de continuar atirando, decidiu voluntariamente interromper a execução e deixou o local. A vítima sobreviveu sem qualquer intervenção posterior de Carlos. Assinale a alternativa correta.

a) Carlos responderá obrigatoriamente por tentativa de homicídio, pois iniciou a execução do delito.

b) Carlos responderá por homicídio consumado, pois a desistência não exclui o dolo inicial.

c) A desistência voluntária somente pode ocorrer quando o agente ainda não iniciou a execução.

d) Carlos responderá apenas pelos atos já praticados, em razão da desistência voluntária.

e) A desistência voluntária exige que o agente impeça ativamente a produção do resultado, mediante socorro à vítima.

49. Durante uma caçada autorizada, Marcos, por erro de percepção, confunde uma pessoa com um animal e efetua um disparo, causando-lhe a morte. A investigação demonstra que o erro era evitável mediante a observância do dever objetivo de cuidado. Considerando a teoria do erro adotada pelo Código Penal, assinale a alternativa correta.

a) O erro de Marcos constitui erro de proibição, afastando necessariamente a culpabilidade.

b) O erro de tipo exclui o dolo, mas permite a punição por homicídio culposo, diante da evitabilidade do erro e da previsão legal da modalidade culposa.

c) O erro de tipo evitável exclui simultaneamente o dolo e a culpa.

d) Marcos responderá obrigatoriamente por homicídio doloso, porque assumiu o risco de produzir o resultado.

e) O erro de tipo somente possui relevância jurídica quando recai sobre circunstância qualificadora do crime.

50. Um funcionário público, valendo-se de sua função, desvia recursos públicos em benefício próprio, com a colaboração consciente de um particular que conhece sua condição funcional e participa diretamente da execução do delito. Considerando as regras do concurso de pessoas e do crime de peculato, assinale a alternativa correta.

a) O particular jamais poderá responder por peculato, por se tratar de crime próprio.

b) A condição de funcionário público não se comunica ao particular em nenhuma hipótese.

c) O particular responderá necessariamente por furto, enquanto o funcionário público responderá por peculato.

d) O particular somente responderá por peculato se também exercer função pública, ainda que temporariamente.

e) O particular poderá responder por peculato em concurso de pessoas, pois a condição de funcionário público constitui elementar do delito e pode comunicar-se quando conhecida pelo concorrente.

51. Durante uma discussão, Antônio é atacado por Roberto, que tenta golpeá-lo com uma faca. Para impedir a agressão, Antônio efetua um único disparo de arma de fogo, fazendo cessar o ataque. Após Roberto cair ao solo, desarmado e sem oferecer perigo, Antônio, movido por vingança, efetua novo disparo, causando-lhe a morte. Considere que o primeiro disparo foi necessário e moderado, não tendo causado a morte. Assinale a alternativa correta.

a) Antônio estará integralmente amparado pela legítima defesa, pois a agressão inicial era injusta.

b) O segundo disparo configura excesso culposo, independentemente da intenção de Antônio.

c) Antônio poderá responder por homicídio doloso em razão do segundo disparo, pois a legítima defesa não ampara a conduta praticada após cessar a agressão.

d) A legítima defesa somente existe quando a agressão injusta já provocou lesão corporal.

e) O excesso na legítima defesa é penalmente irrelevante quando o agressor inicial utiliza arma branca.

52. Mediante grave ameaça, Felipe subtraiu o telefone celular de uma vítima e conseguiu fugir com o aparelho. Poucos segundos depois, foi perseguido por policiais militares, preso e teve o objeto recuperado. Considerando a jurisprudência consolidada do STJ, assinale a alternativa correta.

a) O roubo está consumado, pois houve inversão da posse do bem, ainda que por breve período e seguida de imediata recuperação.

b) O roubo é tentado, pois o agente não obteve posse mansa e pacífica do objeto.

c) O crime somente se consuma quando o objeto deixa definitivamente a esfera de vigilância da vítima.

d) A recuperação imediata do bem descaracteriza o roubo, restando apenas o crime de ameaça.

e) O roubo exige prejuízo patrimonial definitivo para sua consumação.

53. Um homem de 22 anos mantém, conscientemente, conjunção carnal com uma adolescente de 13 anos. Durante a investigação, verifica-se que ambos mantinham relacionamento amoroso e que a adolescente havia consentido com a relação. Considerando o Código Penal e a orientação consolidada do STJ, assinale a alternativa correta.

a) O consentimento da adolescente exclui a tipicidade penal quando existe relacionamento amoroso.

b) A experiência sexual anterior da vítima impede a configuração do estupro de vulnerável.

c) O crime somente estará configurado se houver violência física ou grave ameaça.

d) A existência de relacionamento amoroso afasta automaticamente a responsabilidade penal do agente.

e) A conduta configura, em regra, estupro de vulnerável, sendo irrelevantes o consentimento, a experiência sexual anterior e a existência de relacionamento amoroso.

54. Ricardo, sabendo que determinado documento público havia sido falsificado por terceiro, apresentou-o perante uma repartição pública, com a finalidade de obter vantagem indevida. A investigação demonstrou que Ricardo não participou da falsificação, tendo apenas utilizado conscientemente o documento falso. Considerando as disposições do Código Penal, assinale a alternativa correta.

a) Ricardo responderá necessariamente por falsificação de documento público, pois o uso equivale à fabricação.

b) Ricardo poderá responder pelo crime de uso de documento falso, previsto no art. 304 do Código Penal, independentemente de ter participado da falsificação.

c) O uso de documento falso somente é punível quando praticado pelo próprio falsificador.

d) A utilização de documento público falsificado constitui apenas ilícito administrativo quando não houver prejuízo patrimonial.

e) O crime de uso de documento falso exige que o agente obtenha efetivamente a vantagem pretendida.

55. Um servidor público responsável pela guarda de equipamentos pertencentes à administração pública apropria-se de um notebook que estava sob sua posse em razão do cargo, levando-o para sua residência com intenção de incorporá-lo definitivamente ao patrimônio pessoal. Considerando as disposições do Código Penal, assinale a alternativa correta.

a) A conduta configura furto simples, pois o objeto pertence à administração pública.

b) A conduta configura apropriação indébita comum, sendo irrelevante a condição funcional do agente.

c) A conduta configura peculato culposo, pois o servidor possuía legitimamente o bem.

d) A conduta configura peculato-apropriação, previsto no art. 312, caput, do Código Penal, pois o agente se apropriou de bem móvel de que tinha a posse em razão do cargo.

e) A conduta é penalmente atípica quando o objeto possui pequeno valor econômico, por aplicação obrigatória do princípio da insignificância.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araújo

56. Beatriz foi vítima de lesão corporal praticada por seu ex-companheiro, Ricardo, e registrou a ocorrência na delegacia. Instaurado o inquérito policial, Beatriz requereu ao delegado de polícia, por escrito, duas diligências, a oitiva de um vizinho que teria presenciado a agressão e a realização de exame de corpo de delito em suas lesões. Ricardo, já indiciado, requereu a oitiva de um colega de trabalho que estaria com ele no horário dos fatos. O delegado considerou desnecessárias as oitivas e as indeferiu, e também indeferiu o exame de corpo de delito, sob o argumento de que as fotografias das lesões já seriam suficientes para a apuração dos fatos.

Com base no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta a respeito da conduta do delegado.

a) O delegado agiu corretamente em relação a todos os requerimentos, pois o art. 14 do CPP atribui à autoridade policial discricionariedade absoluta para realizar ou não qualquer diligência requerida no curso do inquérito.

b) O delegado agiu de forma ilegal em relação a todos os requerimentos, pois as diligências requeridas pelo ofendido e pelo indiciado vinculam a autoridade policial, que é obrigada a realizá-las.

c) O delegado poderia indeferir os requerimentos de oitiva, por se tratar de diligências sujeitas ao juízo da autoridade policial, mas não poderia negar o exame de corpo de delito requerido, que constitui exceção à regra.

d) O delegado poderia indeferir apenas os requerimentos formulados por Ricardo, pois o indiciado não tem legitimidade para requerer diligências no inquérito, faculdade reservada ao ofendido.

e) O delegado poderia indeferir apenas o exame de corpo de delito, pois as diligências de natureza pericial dependem de autorização prévia do Ministério Público, mas deveria realizar as oitivas requeridas.

57. Helena, vítima de furto qualificado ocorrido em sua residência, tomou conhecimento de que o órgão do Ministério Público ordenou o arquivamento do inquérito policial instaurado para apurar o fato, por entender que não havia base para o oferecimento da denúncia, e não concordou com essa decisão.

Considerando as regras do Código de Processo Penal sobre o arquivamento do inquérito policial, assinale a alternativa correta.

a) A autoridade policial, ao concluir que não há elementos de autoria, pode determinar o arquivamento do inquérito policial, desde que o faça em despacho fundamentado e comunique o fato ao Ministério Público e à vítima.

b) Helena, por discordar do arquivamento, deve ajuizar no prazo de 30 dias ação penal privada subsidiária da pública, pois a vítima não pode provocar a revisão do arquivamento no âmbito do próprio Ministério Público.

c) Nos crimes em que não couber ação pública, concluído o inquérito policial, os autos devem ser arquivados pela autoridade policial caso o ofendido não requeira expressamente o seu envio ao juízo competente.

d) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.

e) Nas ações penais relativas a crimes praticados em detrimento da União, dos Estados e dos Municípios, a revisão do arquivamento do inquérito policial somente pode ser provocada pelo Ministério Público, sendo vedada a provocação pela chefia do órgão a quem couber a representação judicial do ente.

58. Sobre a cadeia de custódia, nos termos do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

a) A cadeia de custódia somente se inicia com o recebimento do vestígio pelo perito oficial, ficando fora de sua incidência os procedimentos policiais anteriores a esse momento.

b) Todos os recipientes utilizados no acondicionamento do vestígio deverão ser selados com lacres de numeração individualizada, de forma a garantir a inviolabilidade e a idoneidade do vestígio durante o transporte.

c) A coleta dos vestígios é atividade privativa do perito oficial, sendo vedado a qualquer outro agente público realizá-la, sob pena de nulidade da prova.

d) Após a realização da perícia, o material deve ser descartado imediatamente, sendo vedada sua permanência na central de custódia.

e) O recipiente em que o vestígio foi acondicionado pode ser aberto por qualquer agente policial, desde que ele registre sua identificação no momento da abertura.

59. Em inquérito policial que apura o tráfico de armas de fogo, o juiz competente expediu mandado de busca e apreensão domiciliar na residência de Paulo, para a apreensão de armas e munições. Às 10h, os policiais civis se dirigiram ao local e, antes de penetrarem na casa, mostraram e leram o mandado a Paulo, que estava presente, intimando-o a abrir a porta, mas Paulo se recusou. Os policiais arrombaram a porta e entraram, encontrando uma pistola e munições em um armário. No curso da diligência, realizaram revista pessoal em Paulo e encontraram em seu bolso um carregador de pistola. Ao final, os policiais também apreenderam, em poder do advogado de Paulo, que acompanhava a diligência, uma pasta com documentos relacionados à defesa, os quais não constituíam elemento do corpo de delito.

Sobre a regularidade da diligência, assinale a alternativa correta.

a) A diligência é nula desde o início, pois o arrombamento da porta exige nova autorização judicial específica, ainda que o morador tenha desobedecido à ordem de abertura.

b) A revista pessoal em Paulo é ilegal, pois a busca pessoal exige sempre mandado próprio, mesmo quando determinada no curso de busca domiciliar.

c) A busca poderia ter sido realizada a qualquer hora, inclusive à noite, sem o consentimento do morador, por ter sido determinada por mandado judicial.

d) A apreensão da pasta de documentos em poder do advogado de Paulo foi regular, pois o mandado judicial autoriza a apreensão de quaisquer documentos encontrados no local, inclusive os que estejam com o defensor.

e) O arrombamento da porta e a revista pessoal em Paulo foram lícitos, mas a apreensão dos documentos em poder do advogado foi irregular, pois não é permitida a apreensão de documento em poder do defensor do acusado, salvo quando constituir elemento do corpo de delito.

60. Rodrigo foi preso em flagrante em um galpão alugado por ele, no qual foram apreendidos 12 kg de cocaína, 8 kg de maconha, 2 mil comprimidos de ecstasy e duas balanças de precisão. Na audiência de custódia, a requerimento do MP, o juiz converteu a prisão em flagrante em preventiva, fundamentando a decisão na natureza, na quantidade e na variedade das drogas apreendidas, circunstâncias que, no caso concreto, revelariam a periculosidade do agente e o risco à ordem pública. A defesa sustentou que Rodrigo é primário, possui residência fixa e ocupação lícita, e que a decisão estaria baseada apenas na gravidade abstrata do crime de tráfico de drogas.

À luz do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

a) A decisão é válida, pois a natureza, a quantidade e a variedade das drogas apreendidas devem ser consideradas na aferição da periculosidade do agente, geradora de riscos à ordem pública, não configurando gravidade abstrata do delito quando concretamente demonstrados a periculosidade e o risco à ordem pública.

b) A decisão é inválida, pois a natureza, a quantidade e a variedade das drogas somente podem ser consideradas na fixação da pena, sendo vedada sua utilização na fundamentação de medidas cautelares pessoais.

c) A decisão é inválida, pois a primariedade, a residência fixa e a ocupação lícita impedem, por si sós, a decretação da prisão preventiva, ainda que presentes os requisitos do art. 312 do CPP.

d) A decisão é válida, pois, nos crimes de tráfico de drogas, a prisão preventiva é obrigatória sempre que a quantidade apreendida for expressiva, ficando dispensada a análise da suficiência de medidas cautelares diversas da prisão.

e) A decisão é válida, pois a garantia da ordem pública, como fundamento da preventiva, dispensa a demonstração concreta da periculosidade do agente quando se trata de crime com pena máxima superior a quatro anos.

61. Diego foi preso em flagrante por roubo, após ser perseguido por policiais militares logo depois do crime, e conduzido à delegacia, onde foi apresentado à autoridade policial. Nenhuma testemunha civil presenciou o delito, e apenas o policial condutor e outros dois policiais militares que o acompanhavam foram ouvidos. O escrivão estava impedido, e o delegado designou um agente policial para lavrar o auto, depois de ele prestar o compromisso legal. Ao final, Diego recusou-se a assinar o auto. O condutor e duas pessoas que presenciaram a apresentação do preso à autoridade assinaram o auto, que também foi assinado por duas testemunhas que ouviram sua leitura na presença de Diego.

Com base nos arts. 304 a 306 do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

a) O auto é nulo, pois a falta de testemunhas da infração impede sua lavratura, devendo a prisão ser relaxada.

b) O auto é nulo, pois a lavratura só pode ser realizada pelo escrivão ou pelo próprio delegado, sendo vedada a designação de outra pessoa, ainda que após compromisso legal.

c) A recusa de Diego em assinar o auto impede sua conclusão, devendo o delegado aguardar a presença do advogado do preso para colher sua assinatura.

d) O auto é válido, pois a falta de testemunhas da infração não impede sua lavratura, bastando que o condutor e duas pessoas que presenciaram a apresentação do preso o assinem, e, no prazo de 24 horas, devem ser encaminhados ao juiz o auto de prisão em flagrante e, se o autuado não informar advogado, cópia integral à Defensoria Pública, bem como deve ser entregue ao preso a nota de culpa, mediante recibo.

e) A comunicação da prisão ao juiz, ao Ministério Público e à família do preso pode ser realizada juntamente com o encaminhamento do auto, no prazo de 24 horas, não sendo exigida comunicação imediata.

62. Em inquérito policial instaurado para apurar suposta prática do crime de extorsão simples (art. 158, caput, do CP), crime que não é hediondo, a autoridade policial demonstrou, com elementos concretos, que a prisão de Tiago é imprescindível para as investigações, pois ele vem ameaçando as testemunhas do caso, e há fundadas razões de que seja o autor do crime. Com base na Lei nº 7.960/1989, assinale a alternativa correta a respeito da prisão temporária de Tiago.

a) A prisão temporária é incabível, pois o crime de extorsão não consta do rol de crimes que autorizam a medida.

b) A prisão temporária é cabível e pode ser decretada de ofício pelo juiz, pelo prazo de 5 dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

c) A prisão temporária é cabível somente após o oferecimento da denúncia, quando já houver prova da autoria, sendo incabível durante a fase de investigação do inquérito policial.

d) A prisão temporária é cabível, mediante representação da autoridade policial ou requerimento do Ministério Público, pelo prazo de 30 dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

e) A prisão temporária é cabível, mediante representação da autoridade policial ou requerimento do Ministério Público, pelo prazo de 5 dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

63. Caio responde a ação penal por roubo e, durante a instrução, o juiz foi informado de que uma testemunha de acusação estaria sofrendo ameaças atribuídas a ele. Sem que houvesse requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, nem representação da autoridade policial, o magistrado decretou a prisão preventiva de Caio, de ofício, por conveniência da instrução criminal, em decisão devidamente fundamentada. Passados 120 dias, o juiz não proferiu nenhuma nova decisão sobre a necessidade de manutenção da custódia cautelar.

Considerando as disposições do Código de Processo Penal e a jurisprudência sumulada do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

a) A decretação da prisão preventiva de ofício é vedada apenas na fase de investigação, sendo permitida no curso da ação penal quando fundamentada na conveniência da instrução criminal, e a ausência de reavaliação periódica da custódia não afeta a regularidade da prisão.

b) A decretação da prisão preventiva de ofício é vedada mesmo no curso da ação penal e, ainda que a prisão tivesse sido regularmente decretada, o órgão que proferiu a decisão deveria revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 dias, de ofício e mediante decisão fundamentada, sob pena de tornar a prisão ilegal.

c) A decretação da prisão preventiva foi regular, pois o art. 311 do CPP admite que o juiz a decrete de ofício em caso de ameaça a testemunha, e a revisão periódica da custódia depende de requerimento da defesa.

d) A decretação da prisão preventiva de ofício é vedada, mas a revisão periódica da necessidade da prisão é facultativa, devendo ocorrer apenas quando for provocada pela defesa ou pelo Ministério Público.

e) A decretação da prisão preventiva foi irregular apenas pela ausência de reavaliação periódica, pois o juiz pode decretá-la de ofício, caso em que a revisão deve ocorrer a cada 60 dias.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

64. Um delegado de polícia, no exercício de competência que lhe fora regularmente delegada, determinou a remoção de ofício de um investigador para unidade localizada em município distante, consignando no ato, como motivo, a "necessidade do serviço". Posteriormente, ficou comprovado que a remoção teve por finalidade punir o servidor por ter apresentado representação contra o próprio delegado à corregedoria, inexistindo carência de pessoal na unidade de destino.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

a) O ato de remoção está viciado quanto à finalidade, por desvio de poder, vício insanável que impõe a sua anulação, não sendo admitida a convalidação.

b) Por se tratar de remoção de ofício, ato discricionário, o mérito administrativo afasta o controle judicial do ato, cabendo ao servidor apenas o recurso hierárquico.

c) O vício existente é de competência, uma vez que a remoção foi praticada por delegação, podendo o ato ser convalidado pela autoridade delegante mediante retificação.

d) A Administração poderá revogar o ato de remoção, com efeitos retroativos à data de sua edição, por se tratar de ato com nulidade relativa.

e) A teoria dos motivos determinantes não se aplica aos atos discricionários, de modo que a motivação genérica "necessidade do serviço" é suficiente para manter a validade da remoção

65. Acerca do poder regulamentar e da competência normativa do chefe do Poder Executivo, assinale a opção correta, considerando a Constituição Federal de 1988.

a) Por meio de decreto autônomo, o Presidente da República pode criar órgãos públicos, desde que não implique aumento de despesa.

b) O Presidente da República pode, mediante decreto, extinguir cargos públicos, desde que assegurado o aproveitamento dos servidores ocupantes em outros cargos.

c) A competência para dispor, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos, pode ser delegada aos ministros de Estado, ao procurador-geral da República ou ao advogado-geral da União.

d) O Congresso Nacional não pode sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar, cabendo exclusivamente ao Poder Judiciário o controle desses atos.

e) O decreto regulamentar pode criar obrigações não previstas em lei, desde que necessárias à fiel execução da lei regulamentada

66. Um servidor da Polícia Civil, em conluio com os sócios de uma sociedade empresária fornecedora de equipamentos, frustrou dolosamente o caráter concorrencial de procedimento licitatório, causando perda patrimonial efetiva ao erário. A pessoa jurídica também foi sancionada, pelos mesmos fatos, com base na Lei nº 12.846/2013. Considerando a Lei nº 8.429/1992, com as alterações da Lei nº 14.230/2021, e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a opção correta.

a) A ação de improbidade somente poderá ser proposta pelo Ministério Público, que detém legitimidade exclusiva desde a edição da Lei nº 14.230/2021.

b) As disposições da Lei de Improbidade aplicam-se, no que couber, ao particular que induza ou concorra dolosamente para a prática do ato, mas os sócios da pessoa jurídica não respondem pelo ato imputado a ela, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios, caso em que responderão nos limites da sua participação.

c) A pessoa jurídica sancionada com base na Lei nº 12.846/2013 também deverá sofrer, cumulativamente, as sanções da Lei de Improbidade pelos mesmos atos, em razão da independência das instâncias.

d) O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário está sujeito apenas à obrigação de repará-lo, até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido, sendo-lhe aplicáveis também as sanções de suspensão dos direitos políticos.

e) A aplicação das sanções por ato de improbidade que causa lesão ao erário independe da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público

67. A Polícia Civil de determinado estado da Federação, no contexto de operação de combate a facção criminosa, planeja as seguintes contratações: (i) aquisição de coletes balísticos para reposição do estoque; (ii) aquisição de licenças de software forense para extração de dados de aparelhos celulares, comercializado no país por um único representante comercial; e (iii) alienação de veículos legalmente apreendidos e de viaturas inservíveis da corporação.

Considerando essa situação hipotética e o disposto na Lei nº 14.133/2021, assinale a opção correta.

a) Caso se caracterize situação emergencial, a aquisição dos coletes balísticos poderá ser realizada por dispensa de licitação, com contrato de vigência máxima de um ano, contado da ocorrência da emergência, admitida uma única prorrogação por igual período, enquanto perdurar a situação emergencial.

b) Por se tratar de bens comuns, a aquisição dos coletes balísticos deverá ser realizada na modalidade pregão, desde que o valor estimado da contratação não ultrapasse o limite legal, acima do qual será obrigatória a concorrência.

c) A contratação das licenças de software poderá ser realizada por dispensa de licitação, fundada no comprometimento da segurança nacional, desde que a hipótese seja estabelecida em ato do secretário de segurança pública do respectivo estado.

d) A aquisição das licenças de software poderá ser feita por inexigibilidade de licitação, devendo a Administração demonstrar a inviabilidade de competição por meio de atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo, vedada a preferência por marca específica.

e) A alienação dos veículos legalmente apreendidos e das viaturas inservíveis deverá ser realizada na modalidade concorrência, por se tratar de bens de elevado valor, sendo o leilão reservado à alienação de bens imóveis

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL (*ITENS 10, 11, 12 E 13 DE DIREITO ADMINISTRATIVO)

Fábio Ramos

68. De acordo com a Lei Estadual nº 8.508/2006 e respectivas alterações (Estatuto da Polícia Civil do Estado do Maranhão). Marque a opção Incorreta:

a) São princípios institucionais da Polícia Civil, dentre outros: I - respeito ao Estado Democrático de Direito; II - defesa da cidadania e dos direitos humanos;

b) O crime contra a administração pública é uma falta administrativa que será punido com a pena de suspensão.

c) Integram a estrutura básica da Polícia Civil, dentre outras: I - Delegacia Geral de Polícia Civil; II - Subdelegacia Geral de Polícia Civil;

d) O Conselho de Polícia Civil é órgão consultivo, deliberativo e fiscalizador das ações da Polícia Civil.

e) Promoção é a elevação do servidor de uma para outra classe imediatamente superior, no mesmo cargo, dentro da mesma carreira. Não poderá ser promovido o servidor em estágio probatório, disponibilidade e licença para tratar de interesses particulares.

69. Tibério é Policial Civil do MA e estava com dúvidas a respeito da prescrição da ação disciplinar. Foi consultar a Lei Estadual nº 8.508/2006 e respectivas alterações (Estatuto da Polícia Civil do Estado do Maranhão) e verificou que os seguintes itens estavam corretos:

I - em 180 (cento e oitenta) dias, para as faltas sujeitas à pena de advertência e repreensão;

II - em 02 (dois) anos, para as penas puníveis com suspensão;

III - em 05 (cinco) anos, para as faltas sujeitas às penas de demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo comissionado;

IV - nos casos de ilícito disciplinar, previsto como infração penal, no mesmo prazo de prescrição da pena criminal.

a) I apenas.

b) I e II apenas.

c) I, II e III apenas.

d) I e IV apenas.

e) I,II, III e IV.

70. Acerca da estrutura organizacional básica da polícia civil e da Delegacia-Geral de Polícia Civil, nos termos da Lei nº 14.735/2023, analise as afirmativas a seguir.

I. Integram a estrutura organizacional básica da polícia civil, como órgãos essenciais, entre outros, a Corregedoria-Geral de Polícia Civil, a Escola Superior de Polícia Civil e as unidades de saúde da polícia civil.

II. O Conselho Superior de Polícia Civil, por ser órgão de natureza colegiada, não figura entre os órgãos essenciais da estrutura organizacional básica, atuando como instância consultiva vinculada à Delegacia-Geral.

III. O Delegado-Geral de Polícia Civil, nomeado pelo governador dentre os delegados de polícia em atividade da classe mais elevada do cargo, deve apresentar o planejamento estratégico de gestão em até 30 (trinta) dias contados de sua posse.

IV. O planejamento estratégico de gestão deve conter o diagnóstico da necessidade de recursos humanos e de materiais e as medidas de otimização e de busca de eficiência, incluído o planejamento das ações específicas direcionadas ao melhor exercício das competências do órgão.

V. A proposta de estrutura organizacional que integra o planejamento estratégico, quando previr a criação ou a extinção de unidades policiais, poderá ser implementada por ato do próprio Delegado-Geral, dispensada a edição de lei.

Está correto apenas o que se afirma em

a) I e IV.

b) I, II e IV.

c) I, IV e V.

d) III e IV.

e) I, III e IV.

71. A Lei nº 14.735/2023 enumera, em seu art. 4º, os princípios institucionais básicos a serem observados pela polícia civil. Assinale a alternativa em que todos os princípios mencionados estão expressamente previstos nesse dispositivo, com a redação legal.

a) Hierarquia e disciplina; lealdade e ética; busca da verdade formal.

b) Resolução pacífica de conflitos; continuidade investigativa criminal; uso progressivo da força para preservação da vida, redução do sofrimento e redução de danos.

c) Livre convencimento técnico-jurídico do delegado de polícia; unidade de doutrina e uniformidade de procedimento; essencialidade da investigação policial para a persecução penal.

d) Participação e interação comunitária; controle de mérito dos atos policiais civis; atuação imparcial na condução da atividade investigativa e de polícia judiciária.

e) Identidade de nomenclatura para unidades policiais, serviços e cargos de igual natureza; transição da gestão da Delegacia-Geral de Polícia Civil; autonomia, imparcialidade, tecnicidade e cientificidade investigativa, indiciatória, acusatória, notarial e pericial.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

72. A respeito do conceito e da classificação das constituições, do preâmbulo e dos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF), assinale a opção correta.

a) a CF é classificada como promulgada, escrita, flexível e sintética, uma vez que foi elaborada por representantes do povo, encontra-se sistematizada em documento formal e admite alteração pelo mesmo procedimento legislativo utilizado para a aprovação das leis ordinárias.

b) quanto ao modo de elaboração, a CF é classificada como histórica, pois resulta de um processo gradual de formação, baseado na incorporação sucessiva de costumes, precedentes e práticas políticas ao longo do tempo.

c) as constituições analíticas caracterizam-se pela disciplina extensa de matérias que poderiam ser tratadas pela legislação infraconstitucional, enquanto as sintéticas restringem-se, em regra, à organização fundamental do Estado e à disciplina dos direitos e garantias fundamentais.

d) a dignidade da pessoa humana, o pluralismo político e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária são fundamentos da República Federativa do Brasil.

e) o preâmbulo da CF tem força normativa, é de reprodução obrigatória nas constituições estaduais e pode ser utilizado como parâmetro para o controle de constitucionalidade das leis.

73. Uma delegacia especializada da polícia civil apura, em um mesmo inquérito, crimes de racismo, tortura e tráfico de drogas atribuídos a integrantes de um grupo criminoso. No curso da investigação, um dos investigados faleceu, e os demais apresentaram documento de identidade civil válido.

Considerando essa situação hipotética e os direitos e garantias fundamentais de natureza penal previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a opção correta.

a) os crimes de racismo e de tortura são inafiançáveis e imprescritíveis.

b) os investigados, embora civilmente identificados, deverão ser submetidos a identificação criminal, medida obrigatória para todo aquele que for indiciado em inquérito policial.

c) caso entre em vigor, durante a investigação, lei que aumente a pena do tráfico de drogas, a nova pena será aplicável aos fatos já praticados, por se tratar de crime equiparado a hediondo.

d) as provas obtidas por meios ilícitos poderão ser admitidas no processo quando forem indispensáveis à condenação por crimes de especial gravidade, como os investigados.

e) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, mas a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens podem ser estendidas aos sucessores do investigado falecido e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.

74. Carlos nasceu em março de 2000, na cidade de Belo Horizonte, enquanto seus pais, ambos estrangeiros, viviam no Brasil em razão de vínculos profissionais com empresas privadas: o pai exercia função administrativa em uma empresa internacional e a mãe trabalhava como coordenadora pedagógica em uma instituição privada de ensino. Entre 2017 e 2022, Carlos morou na Espanha com a família e, durante esse período, obteve a nacionalidade espanhola. Em 2023, retornou ao Brasil e aqui estabeleceu residência.

Com base nas regras constitucionais referentes à nacionalidade e aos direitos políticos, e considerando que Carlos preenche as demais condições de elegibilidade, assinale a opção correta a respeito de eventual candidatura sua nas eleições de 2026.

a) Carlos possui idade suficiente para disputar o cargo de governador de estado, cargo que não exige a condição de brasileiro nato.

b) Carlos possui idade suficiente para concorrer ao cargo de senador da República, mas, ainda que eleito, não poderá ocupar a Presidência do Senado Federal, por não ser brasileiro nato.

c) Carlos possui idade suficiente para candidatar-se ao cargo de deputado estadual, porém não poderá assumir a Presidência da Assembleia Legislativa, por tratar-se de função reservada a brasileiros natos.

d) Carlos possui idade suficiente para candidatar-se ao cargo de deputado federal e, caso seja eleito, poderá exercer a Presidência da Câmara dos Deputados, uma vez que é brasileiro nato.

e) Carlos não reúne os requisitos necessários para disputar cargos eletivos no Brasil, porque perdeu a nacionalidade brasileira ao adquirir voluntariamente a nacionalidade espanhola.

75. Determinada associação representativa de servidores públicos, constituída há cinco anos, pretende viabilizar o exercício de direito assegurado na Constituição Federal de 1988 a seus associados, o qual se encontra inviabilizado pela ausência de norma regulamentadora. Paralelamente, um de seus filiados busca a retificação de informações incorretas a seu respeito constantes de banco de dados mantido por entidade governamental, após ter seu pedido administrativo negado.

Considerando essa situação hipotética e a disciplina constitucional e legal dos remédios constitucionais, assinale a opção correta.

a) em ambas as situações, o instrumento adequado é a ação popular, que pode ser proposta por qualquer cidadão e também pela própria associação.

b) o mandado de injunção é cabível para suprir a ausência de norma regulamentadora que inviabilize o exercício de direito constitucionalmente assegurado, enquanto o habeas data é cabível para assegurar o conhecimento ou a retificação de informações relativas à pessoa do impetrante constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

c) o habeas data pode ser utilizado para a obtenção de quaisquer informações de interesse coletivo existentes nos arquivos da administração pública, inclusive aquelas referentes a terceiros.

d) se o filiado viesse a sofrer ameaça ilegal à sua liberdade de locomoção, a associação não poderia impetrar habeas corpus em favor dele, pois pessoa jurídica não pode impetrar esse remédio.

e) o mandado de injunção somente pode ser impetrado por pessoas naturais, sendo vedada sua utilização por associações ou outras pessoas jurídicas.

76. Durante o primeiro ano de mandato, o presidente da República editou decreto para dispor sobre a organização e o funcionamento da administração federal, sem aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos. Em seguida, declarou guerra a Estado estrangeiro que agredira o território nacional, após autorização do Congresso Nacional. Posteriormente, ausentou-se do país por vinte dias sem licença do Congresso Nacional.

Considerando essa situação hipotética e as disposições da Constituição Federal de 1988 acerca das atribuições e responsabilidades do presidente da República, assinale a opção correta.

a) a edição do decreto foi inconstitucional, pois toda alteração na organização e no funcionamento da administração federal depende de lei formal aprovada pelo Congresso Nacional.

b) a declaração de guerra constitui competência exclusiva do Congresso Nacional, cabendo ao presidente da República apenas executá-la após a sua aprovação.

c) o presidente da República poderia ausentar-se do país por até trinta dias sem necessidade de licença do Congresso Nacional, sem risco para a manutenção do cargo.

d) o decreto é compatível com a Constituição Federal, a declaração de guerra observou as exigências constitucionais, e a ausência do país por mais de quinze dias sem licença do Congresso Nacional sujeita o presidente à perda do cargo.

e) caso o presidente da República venha a ser acusado de crime, admitida a acusação por dois terços da Câmara dos Deputados, ele será julgado pelo Supremo Tribunal Federal, nos crimes de responsabilidade, e pelo Senado Federal, nas infrações penais comuns.

77. Com base nas disposições da Constituição Federal de 1988 acerca da organização do Estado, dos Poderes Legislativo e Judiciário, das funções essenciais à justiça e da ordem social, assinale a opção correta.

a) são funções institucionais do Ministério Público, entre outras, promover, privativamente, a ação penal pública, exercer o controle externo da atividade policial e requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial.

b) os estados podem legislar sobre direito penal e direito processual para atender às peculiaridades locais da segurança pública, independentemente de autorização da União.

c) as comissões parlamentares de inquérito, por terem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, podem decretar a prisão preventiva de investigados e determinar a interceptação de suas comunicações telefônicas.

d) no primeiro grau de jurisdição, o juiz adquire a vitaliciedade após três anos de exercício, mesmo prazo exigido para a estabilidade dos servidores públicos.

e) são penalmente inimputáveis os menores de dezesseis anos, ficando os maiores dessa idade sujeitos à legislação penal comum.

78. Em determinado município maranhense, a guarda municipal passou a realizar rondas preventivas nas ruas da cidade. Em uma delas, os guardas prenderam em flagrante um homem que acabara de praticar um roubo e o apresentaram na delegacia de polícia civil. Dias depois, o prefeito anunciou que a guarda municipal passaria também a instaurar inquéritos para investigar os crimes ocorridos no município.

Considerando essa situação hipotética, a disciplina constitucional da segurança pública e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a opção correta.

a) as guardas municipais não integram o sistema de segurança pública, razão pela qual sua atuação deve limitar-se à vigilância dos prédios municipais.

b) o roubo deverá ser investigado pela polícia federal, a quem cabe exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União e dos estados.

c) as guardas municipais podem exercer ações de segurança urbana, inclusive policiamento ostensivo e comunitário, mas não podem exercer atividade de polícia judiciária e estão sujeitas ao controle externo do Ministério Público.

d) caso o roubo tivesse ocorrido em rodovia federal, a investigação caberia à polícia rodoviária federal, que se destina ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais e à apuração dos crimes nelas praticados.

e) a segurança dos estabelecimentos penais para os quais o preso venha a ser encaminhado cabe à polícia civil, por intermédio de seus investigadores.

79. Após três anos de efetivo exercício em cargo de provimento efetivo na polícia civil e aprovação em avaliação especial de desempenho, Marcelo adquiriu estabilidade. Posteriormente, em razão de reestruturação administrativa, o cargo por ele ocupado foi extinto por lei.

Considerando essa situação hipotética, as disposições da Constituição Federal de 1988 sobre a administração pública e os servidores públicos e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a opção correta.

a) a estabilidade adquirida por Marcelo impedia a extinção do cargo por ele ocupado.

b) extinto o cargo, Marcelo será automaticamente exonerado, sem direito a qualquer medida de proteção constitucional.

c) caso Marcelo, no exercício da função, cause dano a terceiro, a vítima deverá propor a ação de indenização diretamente contra ele, respondendo o Estado apenas de forma subsidiária.

d) a aquisição da estabilidade tornou Marcelo vitalício, o que impede a perda do cargo em qualquer hipótese.

e) Marcelo ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Antônio Pequeno

80. A Polícia Civil no Maranhão foi acionada para atender uma ocorrência de violência doméstica e familiar contra uma mulher em um município que não é sede de comarca. Chegando ao local foi constatado que Maria estava com lesões no rosto causada pelo próprio marido. Com base nessa situação hipotética, marque a alternativa correta de acordo com a Lei nº 11.340/2006.

a) Só quem pode pedir a determinação de medida protetiva de urgência é a ofendida.

b) A única autoridade que pode determinar o afastamento do agressor do lar no caso de risco atual ou iminente na integridade física e psicológica de Maria é o juiz.

c) Caso Maria tenha representado contra o marido poderá ela ser retratar até o recebimento da denúncia.

d) Não é possível a aplicação de nenhum instituto previsto na Lei nº 9.099/1995.

e) Para se determinada a medida protetiva de urgência depende de registro de ocorrência.

81. De acordo com a Lei nº 11.340/2006 nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica e familiar contra a mulher, a ofendida decai do direito de queixa ou de representação se não o exerce no prazo de

a) 6 (seis) meses, contado do dia em que veio a saber quem é o autor do crime, ou, no caso do § 3º do art. 100 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), do dia em que se esgota o prazo para oferecimento da denúncia.

b) 12 (doze) meses, contado do dia em que veio a saber quem é o autor do crime, ou, no caso do § 3º do art. 100 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), do dia em que se esgota o prazo para oferecimento da denúncia.

c) 4 (quatro) meses, contado do dia em que veio a saber quem é o autor do crime, ou, no caso do § 3º do art. 100 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), do dia em que se esgota o prazo para oferecimento da denúncia.

d) 5 (cinco) meses, contado do dia em que veio a saber quem é o autor do crime, ou, no caso do § 3º do art. 100 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), do dia em que se esgota o prazo para oferecimento da denúncia.

e) 8 (oito) meses, contado do dia em que veio a saber quem é o autor do crime, ou, no caso do § 3º do art. 100 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), do dia em que se esgota o prazo para oferecimento da denúncia.

82. Um policial civil foi pego portando ilegalmente duas armas de fogo de uso permitido, ambas com a numeração raspada. Com base nessa situação hipotética, ele responderá pelo crime de:

a) Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido

b) Crime único de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito na forma majorada.

c) Dois crimes de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito na forma simples

d) Dois crimes de posse irregular de arma de fogo de uso permitido.

e) conduta atípica

83. Conforme a Lei n.º 9455/1997, marque a alternativa incorreta:

a) Aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de reclusão de um a quatro anos

b) Se resulta morte, a reclusão é de oito a dezesseis anos.

c) A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

d) o efeito da condenação é automático

e) A tortura é um crime equiparado a hediondo.

84. De acordo com a Lei dos Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/1990), marque a alternativa abaixo que traga um crime que não é considerado rotulado como hediondo:

a) Tráfico internacional de arma de fogo.

b) Tráfico de pessoas praticado contra criança ou adolescente.

c) Comércio ilegal de arma de fogo.

d) favorecimento ao domínio social estruturado.

e) Terrorismo

85. Reinaldo é um traficante que utiliza o comércio de drogas como um estilo de vida. Durante uma investigação feita pela Polícia Civil de MG foi constatado que Dinho, além do tráfico de drogas, financia e custeia o próprio negócio. Com base nessa situação hipotética, julgue as alternativas abaixo e assinale a correta com base na lei nº 11.343/2006.

a) O prazo de conclusão do inquérito policial, estando o indiciado preso, é 25 dias.

b) No caso de colaboração premiada, o colaborador pode ser beneficiado com o perdão judicial e a redução de pena.

c) A ação controlada, com base na lei de drogas, basta a comunicação prévia ao juízo, não precisando de decisão judicial autorizando.

d) O porte da maconha para consumo próprio é crime de acordo com o Supremo Tribunal Federal.

e) O crime de tráfico é crime de mera conduta, ou seja, basta praticar a conduta para se configurar.

86. Ricardo foi pego transportando 100 kg de maconha, com princípio ativo na Portaria nº 344/1998 da Anvisa, em São Luís (Maranhão). Questionado pelos policiais civis qual era o destino, o traficante informou que tinha acabado de iniciar a viagem em São Luís (Maranhão) e o destino final era Teresina (Piauí). Com base nessa situação hipotética e conforme a Lei nº 11.343/2006, a pessoa poderá ser responsabilizada pelo crime de:

a) Tráfico na forma consumada e sem aumento de pena.

b) Tráfico na forma tentada

c) Tráfico na forma qualificada.

d) Tráfico na forma majorada.

e) Conduta atípica.

87. Um Policial Civil praticou um crime de abuso de autoridade, de acordo com a lei nº 13.869/2019, tendo em vista esse fato ele foi condenado pela prática do crime a pena de detenção e essa foi substituída pela pena restritiva de direito de suspensão do exercício do cargo, que pode ser determinada pelo um período de.

a) dois meses a seis meses sem perda de vencimentos e vantagens.

b) três meses a seis meses sem perda de vencimentos e vantagens.

c) um mês a seis meses com perda de vencimentos e vantagens.

d) um mês a cinco meses com perda de vencimentos e vantagens.

e) um mês a oito meses sem perda de vencimentos e vantagens.

DIREITOS HUMANOS

Géssica Ehle

88. Em matéria de direitos humanos e direitos fundamentais sociais, o princípio da proibição do retrocesso social (*efeito cliquet* ou não retorno) impõe limites materiais à atividade normativa do Estado. A respeito da aplicação e dos desdobramentos desse princípio, assinale a opção correta.

a) O princípio autoriza a revogação discricionária de garantias sociais pelo Poder Legislativo, desde que motivada por conveniência orçamentária unilateral.

b) A vedação do retrocesso aplica-se com exclusividade aos direitos civis e individuais de primeira geração, não alcançando as políticas públicas de saúde e previdência.

c) O legislador não pode suprimir nem esvaziar o nível de concretização de um direito fundamental sem a criação simultânea de mecanismos compensatórios ou alternativos equivalentes.

d) A constatação de retrocesso social em normas infraconstitucionais afasta a possibilidade de controle jurisdicional de constitucionalidade pelo Poder Judiciário.

e) O *efeito cliquet* determina a impossibilidade absoluta de qualquer alteração legislativa em matéria social, tornando as leis ordinárias formalmente imutáveis.

89. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica) consagra o direito de toda pessoa ao respeito por sua integridade física, psíquica e moral. A respeito das garantias expressas contidas nesse Pacto, assinale a opção correta.

a) A pena imposta ao condenado pode transcender a sua pessoa para alcançar os bens de ascendentes ou descendentes diretos.

b) As pessoas privadas de liberdade que se encontrem sob a condição de processadas devem ficar separadas das já condenadas, salvo em circunstâncias excepcionais.

c) Os menores de idade submetidos a processo penal devem ser recolhidos nos mesmos estabelecimentos prisionais dos adultos para facilitar a instrução comum.

d) A finalidade essencial das penas privativas de liberdade consiste exclusivamente na retribuição punitiva estrita do dano causado à sociedade.

e) O emprego de castigos cruéis ou degradantes admite tolerância convencional caso praticado durante rebeliões prisionais de extrema periculosidade.

90. A Lei nº 11.340/2006 tipifica e exemplifica em seu artigo 7º as diversas manifestações pelas quais a violência doméstica e familiar contra a mulher pode ser perpetrada. Acerca dessas modalidades, assinale a opção correta.

a) A calúnia, a difamação ou a injúria dirigidas contra a mulher em âmbito doméstico configuram formalmente espécie de violência moral.

b) A subtração, a retenção ou a destruição parcial de instrumentos de trabalho da mulher enquadram-se exclusivamente no conceito de violência física.

c) A violência psicológica restringe-se às condutas que deixem vestígios corporais atestados por exame pericial médico imediato.

d) O impedimento de a mulher utilizar métodos contraceptivos constitui conduta atípica sob a ótica da Lei Maria da Penha.

e) A retenção de documentos pessoais da vítima classifica-se legalmente como modalidade expressa de violência psicológica.

91. O artigo 2º da Lei nº 13.146/2015 adota as diretrizes da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência ao estabelecer o modelo biopsicossocial de caracterização da deficiência. Com base nesse regramento, assinale a opção correta.

a) Considera-se pessoa com deficiência unicamente aquela que apresentar laudo médico pericial de impedimento orgânico definitivo.

b) A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.

c) A existência de barreiras sociais e atitudinais é juridicamente irrelevante para a definição da condição de deficiência do indivíduo.

d) A avaliação da deficiência restringe-se à mensuração quantitativa do dano tecidual, dispensada a análise de fatores socioambientais.

e) O Estatuto estabelece que impedimentos de curto prazo e transitórios equivalem de pleno direito à condição jurídica de pessoa com deficiência.

92. A arquitetura de fiscalização e garantia do Sistema Interamericano assenta-se na atuação complementar entre a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH). No que tange às competências desses órgãos, assinale a opção correta.

a) Somente os Estados-Partes e a Comissão Interamericana têm direito de submeter caso contencioso à decisão da Corte IDH.

b) Qualquer cidadão ou organização não governamental possui capacidade postulatória autônoma direta para protocolar ação perante a Corte IDH.

c) A Comissão Interamericana de Direitos Humanos ostenta poder de emitir sentenças judiciais condenatórias de execução orçamentária obrigatória.

d) O reconhecimento da competência contenciosa da Corte IDH pelo Estado decorre tacitamente da ratificação do texto da Carta da OEA.

e) A Corte Interamericana de Direitos Humanos não possui atribuição consultiva, atuando exclusivamente no julgamento contencioso de litígios.

MEDICINA LEGAL

Juliana Sganzerla

93. Durante a instrução de um inquérito policial referente a uma suposta fraude em seguro de vida decorrente de morte violenta, o Investigador de Polícia da PC-MA é incumbido de juntar aos autos as peças técnicas médico-legais. Constam do expediente:

1. Uma requisição da autoridade policial com a narrativa minuciosa elaborada e digitada diretamente pelo médico-legista após o exame necroscópico, descrevendo os trajetos internos e os achados das cavidades torácicas e abdominais.
2. Um documento firmado por médico particular da família que, sem examinar o corpo, declarou atestar causa mortis natural para fins de liberação securitária.
3. A manifestação crítica de um professor titular de Medicina Legal, contratado pela seguradora, expondo sua interpretação científica sobre as divergências observadas no laudo cadavérico oficial, contendo preâmbulo, histórico, discussão, conclusão e respostas aos quesitos.

Considerando a classificação e a estrutura dos documentos médico-legais, assinale a opção que qualifica técnica e respectivamente os três documentos apresentados.

a) Relatório médico-legal; atestado médico gracioso; e parecer médico-legal.

b) Auto circunstanciado de necropsia; atestado médico oficioso; e consulta médico-legal.

c) Laudo pericial direto; notificação compulsória; e auto de corpo de delito.

d) Parecer pericial judicial; prontuário médico-hospitalar; e relatório médico-legal.

e) Depoimento oral; declaração de óbito; e laudo médico-legal.

94. Ao atender a uma ocorrência de morte violenta no interior de uma residência em Imperatriz (PC-MA), o Investigador de Polícia depara-se com o corpo de um homem sobre o piso da sala. O exame perinecroscópico inicial revela as seguintes características nas lesões do cadáver:

1. Lesão 1: Localizada na face lateral direita do tórax, linear, com bordas nítidas e regulares, comprimento superando a profundidade, cauda de escoriação mais rasa voltada para o abdome e fundo limpo.
2. Lesão 2: Ferimento no couro cabeludo parietal, com bordas escoriadas e equimosadas, formato irregular e estrelado, presença de traves ou pontes de tecido conjuntivo íntegro unindo as margens no fundo da lesão e discreto sangramento externo.
3. Lesão 3: Ferimento punctório na coxa, com abertura cutânea menor que 1 mm, sem gume, com pouco sangramento externo e profundidade prevalecendo sobre a extensão superficial.

Com base na Traumatologia Forense, assinale a opção que classifica corretamente a natureza das lesões e seus respectivos instrumentos causadores.

a) A lesão 1 é perfuroincisa causada por arma de fogo; a lesão 2 é contusa produzida por objeto cortante com gume afiado; e a lesão 3 é cortocontusa.

b) A lesão 1 é uma ferida incisa produzida por instrumento cortante atuando por pressão e deslizamento; a lesão 2 é uma ferida contusa provocada por instrumento contundente; e a lesão 3 é punctória, oriunda de instrumento perfurante de pequeno calibre.

c) A lesão 1 decorre de instrumento contundente; a lesão 2 é típica de instrumento perfurocortante de duplo gume; e a lesão 3 caracteriza ação cortocontundente com esmagamento em cunha.

d) As três lesões foram produzidas por instrumentos de ação perfurocontundente, decorrentes de projéteis de alta energia que tangenciaram a pele da vítima.

e) A presença de pontes de tecido na lesão 2 indica a atuação de lâmina de navalha, ao passo que a cauda de escoriação na lesão 1 é exclusiva das ações contundentes passivas.

95. No contexto de investigações criminais que demandam conhecimentos tanatológicos avançados pelo Investigador de Polícia, considere as seguintes situações hipotéticas:

I. Um empresário morre repentinamente em seu prédio comercial, minutos após ingerir uma xícara de café, sem apresentar sinais externos aparentes de violência física ou histórico médico documentado.

II. Pai e filho falecem simultaneamente no interior de uma embarcação que naufragou na Baía de São Marcos, sem que a perícia consiga determinar tecnicamente quem sobreviveu ao outro.

III. Em caso de suspeita fundada de homicídio por envenenamento crônico por arsênico, a autoridade policial requer judicialmente a exumação do corpo já sepultado em cemitério público.

Assinale a opção correta.

a) Na situação I, por se tratar de morte instantânea em ambiente privado, a causa jurídica da morte deve ser atestada como homicídio doloso pelo médico-legista na declaração de óbito.

b) Na situação II, opera a presunção legal de comoriência, não se estabelecendo transmissão sucessória entre eles; na situação III, durante a exumação, deve-se colher amostras de solo ao lado, acima e abaixo do caixão para controle toxicológico.

c) Na situação III, a exumação cadavérica prescinde de dia e hora previamente marcados e deve ser registrada por meio de laudo médico do perito, sendo desnecessária a presença de escrivão ou autoridade.

d) A comoriência (situação II) exige prova cabal de precedência temporal da morte de um sobre o outro (premoriência), o que obriga o legista a fixar uma ordem cronológica.

e) A morte súbita (situação I) define uma causa jurídica em si mesma, não havendo necessidade de investigação criminal ou necropsia forense no IML.

96. Durante a instrução de inquérito policial na PC-MA para apurar crimes de roubo qualificado e extorsão mediante sequestro, a defesa de um dos indiciados alegou que seu constituinte não pode ser punido criminalmente. Foram juntados laudos médicos particulares demonstrando que o indiciado possui diagnóstico de Transtorno da Personalidade Antissocial (psicopatia), histórico de crises epilépticas com eletroencefalograma alterado e episódios de embriaguez voluntária frequente aos finais de semana. A autoridade policial, havendo dúvida sobre a sanidade, representou ao juiz pelo competente exame pericial.

À luz da Psiquiatria Forense e das normas sobre imputabilidade penal e capacidade civil no Código Penal brasileiro, assinale a opção correta.

a) O diagnóstico médico confirmado de epilepsia confere ao indivíduo um salvo-conduto de inimputabilidade para todo e qualquer crime praticado ao longo de sua vida.

b) O ordenamento jurídico-penal brasileiro adotou o critério puramente biológico de avaliação da imputabilidade, segundo o qual a constatação clínica de qualquer transtorno mental isenta o agente de pena.

c) A embriaguez voluntária exclui a imputabilidade penal do agente caso o teor alcoólico seja superior a 2,0 g/L de sangue no momento da ação delituosa.

d) O Brasil adota como regra o critério biopsicológico para aferição da imputabilidade, desse modo o transtorno de personalidade antissocial e a epilepsia fora dos estados crepusculares não geram inimputabilidade absoluta.

e) Caso o agente tenha ingerido álcool dolosamente para criar coragem antes de executar a extorsão mediante sequestro, incide a isenção de pena em virtude da ausência de autodomínio no momento exato do crime.

97. Em um confronto armado investigado pela Delegacia de Repressão ao Narcotráfico de Timon (PC-MA), foram apreendidas diversas armas de fogo e recolhidos corpos de suspeitos no cenário do delito. O laudo pericial cadavérico indicou dois ferimentos distintos em uma das vítimas:

1. Ferimento Alfa: Localizado no osso frontal do crânio, de aspecto estrelado, com bordas evertidas e denteadas, descolamento tecidual subcutâneo com cavidade anfractuosa, resíduos de fuligem e pólvora impregnados na lâmina externa do osso ao redor do orifício e diâmetro externo aparente amplamente superior ao calibre nominal do projétil.
2. Ferimento Beta: Localizado na coxa direita, produzido por projétil de fuzil, constatando-se laceração tecidual maciça e fratura cominutiva do fêmur a vários centímetros de distância do trajeto anatômico linear do projétil, associada a extenso orifício de saída.

À luz da Balística Forense e dos efeitos dos disparos de arma de fogo no corpo humano, assinale a opção correta.

a) O Ferimento Alfa decorre de tiro encostado sem anteparo rígido, onde a ausência de plano ósseo permitiu a livre expansão periférica dos gases da pólvora combusta.

b) No Ferimento Beta, a lesão óssea distante do trajeto direto decorre da cavitação permanente por esmagamento tecidual, sem transferência radial de energia cinética.

c) O Sinal de Benassi observado no Ferimento Alfa caracteriza os disparos realizados a longa distância com projéteis subsônicos de alma lisa.

d) Os efeitos secundários do disparo são idênticos entre os tiros encostados no crânio e os tiros a longa distância desferidos a mais de cem metros.

e) O Ferimento Beta ilustra o efeito de cavitação temporária de grande amplitude, característico de projéteis de alta energia cinética.

CRIMINOLOGIA

Murilo Marques

98. No que se refere ao conceito, aos métodos e aos objetos da criminologia, bem como à sua relação com a política criminal, assinale a opção correta.

a) O caráter empírico da criminologia decorre da análise das normas penais, das quais são extraídas, por dedução, as causas do comportamento criminoso.

b) A interdisciplinaridade da criminologia pressupõe a reunião de conhecimentos de diferentes ciências, cabendo ao direito penal estabelecer os critérios de validade das conclusões obtidas.

c) A criminologia estuda o delito, o delinquente, a vítima e o controle social, produzindo conhecimentos que podem subsidiar a formulação e a avaliação de medidas de política criminal.

d) O controle social, como objeto da criminologia, compreende a atuação das instituições responsáveis pela persecução penal, enquanto as práticas de regulação de condutas exercidas pela família e pela escola se situam fora desse objeto.

e) A criminologia e a política criminal distinguem-se porque a primeira investiga as causas individuais do delito, enquanto a segunda se ocupa da análise dos fatores sociais da criminalidade.

99. Uma pesquisa acompanhou jovens que passaram a integrar grupos envolvidos na prática de delitos. Os pesquisadores observaram que, nas interações com os demais integrantes, os jovens aprendiam técnicas de execução dos crimes e justificativas que favoreciam a violação da lei.

Considerando as teorias sociológicas da criminalidade, assinale a opção que apresenta a explicação mais adequada para os resultados dessa pesquisa.

a) A teoria da anomia, de Robert Merton, pois o aprendizado de justificativas favoráveis ao delito constitui a definição de inovação, independentemente da relação entre metas culturais e meios institucionalizados.

b) A teoria da associação diferencial, de Edwin Sutherland, pois o comportamento criminoso é aprendido na interação com outras pessoas, incluindo técnicas e definições favoráveis à violação da lei.

c) A teoria do etiquetamento, pois a transmissão de técnicas delitivas entre integrantes de um grupo constitui o processo de atribuição do rótulo de criminoso pelas instâncias de controle social.

d) A teoria da desorganização social, vinculada à Escola de Chicago, pois a aprendizagem de condutas no grupo comprova que a distribuição territorial da criminalidade decorre das características biológicas dos moradores.

e) A teoria da subcultura delinquente, de Albert Cohen, pois a aprendizagem de qualquer conduta criminosa em grupo pressupõe uma reação coletiva à frustração de status experimentada no ambiente escolar.

100. Um estado instituiu um plano de prevenção criminal com três frentes de atuação:

I — ampliação do acesso à educação básica e a oportunidades de trabalho, por meio de políticas destinadas à população em geral;

II — concentração de ações preventivas em locais e horários com maior incidência de delitos, definidos a partir de diagnósticos territoriais;

III — oferta de escolarização, qualificação profissional e acompanhamento de pessoas condenadas, com a finalidade de reduzir a reincidência.

A respeito dessas medidas e da prevenção da infração penal no Estado democrático de direito, assinale a opção correta.

a) A frente I corresponde à prevenção secundária, uma vez que as políticas educacionais e de trabalho atuam sobre fatores sociais associados à criminalidade.

b) A frente II corresponde à prevenção primária, pois o direcionamento das medidas a locais de maior incidência criminal é o critério que define essa modalidade.

c) A frente III corresponde à prevenção secundária, porque a prevenção terciária se caracteriza pelo atendimento das vítimas após a ocorrência do delito.

d) As frentes I, II e III correspondem, respectivamente, às prevenções primária, secundária e terciária, e sua execução deve observar os direitos e as garantias fundamentais.

e) As frentes I e II constituem medidas de prevenção criminal, enquanto a frente III integra a execução da pena e, por essa razão, não possui natureza preventiva.

REDAÇÃO

Texto I

"Art. 1º Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal. Pena: reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e multa." (Lei nº 9.613/1998)

Texto II

"Art. 3º Em qualquer fase da persecução penal, serão permitidos, sem prejuízo de outros já previstos em lei, os seguintes meios de obtenção da prova: I – colaboração premiada; (...) III – ação controlada; (...) VI – afastamento dos sigilos financeiro, bancário e fiscal, nos termos da legislação específica; VII – infiltração, por policiais, em atividade de investigação (...)." (Lei nº 12.850/2013)

Texto III

A doutrina costuma dividir a lavagem de dinheiro em três fases: a colocação, com a inserção dos recursos no sistema financeiro; a ocultação, com a movimentação dos valores para despistar a investigação; e a integração, com o retorno do dinheiro à economia formal sob aparência lícita.

Os textos apresentados têm caráter unicamente motivador. Redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

LAVAGEM DE DINHEIRO E CRIME ORGANIZADO: A INVESTIGAÇÃO PATRIMONIAL COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO

Ao elaborar seu texto, aborde os seguintes aspectos:

1 a relação entre as organizações criminosas e a lavagem de dinheiro;

2 os meios de obtenção de prova previstos em lei para a investigação dessas organizações;

3 as medidas capazes de atingir o patrimônio de origem ilícita.

Extensão: até 30 linhas.

Folha de Resposta	
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado. Sua opinião é muito importante para nós!

https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

http://estrategi.ac/assinaturas

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

http://estrategi.ac/ok1zt0